



Comissão de Defesa Nacional

ATA NÚMERO 53/XV/1.^a SL

Aos 28 dias do mês de junho de 2023, pelas 10 horas, reuniu-se a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1 – Apreciação e votação da ata n.º 52/XV/1.^a, correspondente à reunião de 28 de junho de 2023;

**2 – Informação de baixa à Comissão do [Projeto de Resolução n.º 777/XV/1.^a \(PCP\)](#) - Grandes Opções para um Conceito Estratégico de Defesa Nacional que assegure a soberania e a independência nacional;
(o autor da iniciativa deve indicar se pretende vê-la discutida em Plenário ou em Comissão)**

3 - Discussão e votação indiciária, na especialidade, das seguintes iniciativas legislativas:
- [Proposta de Lei n.º 68/XV/1.^a \(GOV\)](#) – Aprova a Lei de Infraestruturas Militares;
- [Proposta de Lei n.º 69/XV/1.^a \(GOV\)](#) - Aprova a Lei de Programação Militar;

4 – Outros Assuntos.

1 - Apreciação e votação da ata n.º 52/XV/1.^a, correspondente à reunião de 28 de junho de 2023

Aberta a [reunião](#) pelo Senhor Presidente, Deputado Marcos Perestrello, foi apreciada e aprovada por unanimidade, na ausência do PCP e do BE, a ata n.º 52/XV/1.^a, correspondente à reunião de 28 de junho de 2023.

2 - Informação de baixa à Comissão do [Projeto de Resolução n.º 777/XV/1.^a \(PCP\)](#) - Grandes Opções para um Conceito Estratégico de Defesa Nacional que assegure a soberania e a independência nacional

N.º AUTOR	ASSUNTO	DISCUSSÃO EM PLENÁRIO/ COMISSÃO (ARTIGO 128.º RAR)
PJR 777/XV/1. ^a (PCP)	Grandes Opções para um Conceito Estratégico de Defesa Nacional que assegure a soberania e a independência nacional	Segue a metodologia que for adotada com a Proposta de Resolução n.º 13/XV/1. ^a (GOV)



Comissão de Defesa Nacional

3 – Discussão e votação indiciária, na especialidade, das seguintes iniciativas legislativas:

[Proposta de Lei n.º 68/XV/1.ª \(GOV\)](#) – Aprova a Lei de Infraestruturas Militares, que baixou à Comissão em 5 de maio de 2023, após aprovação na generalidade.

Nesse âmbito, o Governo juntou os pareceres do [Conselho Superior de Defesa Nacional](#) e do [Conselho Superior Militar](#), tendo a Comissão promovido a realização das seguintes audições:

- Em 16 de maio de 2023, da [Ministra da Defesa Nacional](#), Helena Carreiras;
- Em 17 de maio de 2023, do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, General José Nunes da Fonseca;
- Em 24 de maio de 2023, do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, General João Cartaxo Alves;
- Em 30 de maio de 2023, do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Eduardo Mendes Ferrão;
- Em 31 de maio de 2023, do Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante Henrique Gouveia e Melo.

Em 18 de maio de 2023, a Deputada única representante do PAN apresentou uma proposta de aditamento à proposta de lei [\(PA-1\)](#). Em 19 de junho de 2023, o Grupo Parlamentar do PSD [\(PA-2\)](#), o Deputado único representante do Livre [\(PA-3\)](#) e o Grupo Parlamentar do PS [\(PA-4\)](#) apresentaram propostas de alteração ao articulado da proposta de lei.

Na presente reunião, encontrando-se presentes todos os Grupos Parlamentares, com exceção do PCP e do BE, procedeu-se à discussão e votação indiciária, na especialidade, da proposta de lei e das propostas de alteração apresentadas.

No debate que acompanhou a votação, intervieram as Senhoras e os Senhores Deputados Francisco César (PS), Jorge Paulo Oliveira (PSD), Rodrigo Saraiva (IL) e Pedro Pessanha (CH), além do Senhor Presidente.



Comissão de Defesa Nacional

Da votação indiciária realizada resultou o seguinte:

I – Propostas de alteração

- N.º 1 do artigo 1.º (Objeto e âmbito) da PPL

- Na redação da proposta de alteração apresentada pelo DURP do Livre, com a introdução do termo «inventariação», excluindo-se os termos «requalificação» e «reconversão», e ainda com a introdução do inciso «*sustentabilidade ambiental*» entre as palavras «segurança» e «modernização», apresentado oralmente pelo Grupo Parlamentar do PS na reunião – aprovada, com votos a favor do PS, do PSD e da IL e a abstenção do CH.

- Artigo 4.º (*Lista anual de projetos a executar*) da PPL

N.º 2 – na redação da proposta de alteração apresentada pelo DURP do Livre – rejeitada, com votos contra do PS, votos a favor do PSD e da IL e a abstenção do CH.

N.º 3 - na redação da proposta de alteração oral, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS, com o seguinte teor: «*As fichas de projeto devem ainda contemplar, no aplicável, aspetos relativos à melhoria das condições de habitabilidade e de trabalho nas unidades, estabelecimentos e órgãos da componente fixa do sistema de forças, incluindo, sempre que possível, uma previsão do aumento da eficiência energética e do contributo para a sustentabilidade ambiental com vista à redução do impacte ambiental das atividades de segurança e defesa da componente fixa do sistema de forças.*» - aprovada por unanimidade.

- Artigo 5.º (*Acompanhamento da execução*) da PPL

Epígrafe - na redação da proposta de alteração apresentada pelo DURP do Livre – aprovada, com votos a favor do PS, do CH e da IL e a abstenção do PSD.



Comissão de Defesa Nacional

N.ºs 1, 2 e 3 (NOVOS) - na redação da proposta de alteração apresentada pelo DURP do Livre – rejeitada, com votos contra do PS, votos a favor do CH e da IL e a abstenção do PSD.

N.º 2 (NOVO) – na redação da proposta oral apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS, com o seguinte teor: «*O Sistema de informação inclui, de forma progressiva e já a partir de 2023, dados sobre a função operacional do imóvel, bem como informação relacionada com o estado de conservação e necessidades de manutenção.*», passando o corpo do artigo a n.º 1 – aprovada, com votos a favor do PS, do CH e da IL e a abstenção do PSD.

- (NOVO) Artigo 7.º-A (*Requalificação e reconversão dos imóveis*) – na redação da proposta de aditamento apresentada pelo DURP do Livre – rejeitada, com votos contra do PS e do CH e abstenções do PSD e da IL.
- Artigo 15.º (*Relações com autarquias*) da PPL

Epígrafe e n.º 1 – na redação das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS – aprovadas por unanimidade.

N.º 2

- na redação da proposta de alteração apresentada pelo DURP do Livre – prejudicada por consequência da rejeição da proposta de aditamento o artigo 7.º-A (novo).
- na redação da proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS – aprovada por unanimidade.

N.º 3 (NOVO) – na redação da proposta de aditamento apresentada pelo DURP do Livre – rejeitada, com votos contra do PS e votos a favor do PSD, do CH e da IL.

- N.ºs 1 e 2 do artigo 28.º (*Competências no procedimento de revisão*) da PPL – na redação das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PSD – rejeitadas, com votos contra do PS, do CH e da IL e votos a favor do PSD.



Comissão de Defesa Nacional

- (NOVO) Artigo 28.º-A (*Estratégia Nacional para a sustentabilidade Ambiental das Infraestruturas*) – na redação da proposta de aditamento apresentada pela DURP do PAN - rejeitada, com votos contra do PS, do PSD, do CH e da IL.

II – Articulado da Proposta de Lei

- Requerida a votação em separado dos seguintes artigos:
 - N.º 1 do artigo 2.º (*Competências para a execução*) – aprovado, com votos a favor do PS, do PSD e do CH e a abstenção da IL.
 - N.º 2 do artigo 3.º (*Mapa plurianual das medidas*) - aprovado, com votos a favor do PS, do PSD e do CH e a abstenção da IL.
 - Artigo 5.º (*Inventariação e acompanhamento da gestão*) - aprovado por unanimidade.
 - Artigo 15.º (*Relações com autarquias e regiões autónomas*) - aprovado por unanimidade.
 - Artigo 21.º (*Receitas*) - aprovado, com votos a favor do PS e do PSD e abstenções do CH e da IL.
 - Artigo 22.º, n.º 2 (*Financiamento*) - aprovado, com votos a favor do PS e do PSD e abstenções do CH e da IL.
 - N.ºs 1 e 2 do artigo 28.º (*Competências no procedimento de revisão*) - aprovado, com votos a favor do PS e da IL, votos contra do PSD e a abstenção do CH.
- Restante articulado da Proposta de lei (com a incorporação das propostas de alteração aprovadas) – aprovado, com votos a favor do PS, do PSD e da IL e a abstenção do CH.
- Anexo da PPL – aprovado, com votos a favor do PS e do PSD e abstenções do CH e da IL



Comissão de Defesa Nacional

O registo dos sentidos de voto de cada grupo parlamentar, em cada artigo e proposta de alteração, consta do [Guião de votação](#) preenchido, disponível na página eletrónica da iniciativa.

O texto final da Comissão deverá ser submetido a votações sucessivas na especialidade (*com a assunção pelo Plenário das votações indiciárias realizadas na especialidade em sede de Comissão*) e final global pelo Plenário da Assembleia da República - o texto final é obrigatoriamente votado na especialidade pelo Plenário da Assembleia da República e aprovado em votação final por maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções, revestindo o ato legislativo aprovado a forma de lei orgânica, com conformidade com as disposições conjugadas da alínea *d*) do artigo 164.º, dos n.ºs 4 e 5 do artigo 168.º e do n.º 2 do artigo 166.º, todos da Constituição.

[Proposta de Lei n.º 69/XV/1.ª \(GOV\)](#) - Aprova a Lei de Programação Militar, que baixou à Comissão em 5 de maio de 2023, após aprovação na generalidade.

Nesse contexto, o Governo juntou os pareceres do [Conselho Superior de Defesa Nacional](#) e do [Conselho Superior Militar](#), tendo a Comissão promovido a realização das seguintes audições:

- Em 16 de maio de 2023, da [Ministra da Defesa Nacional](#), Helena Carreiras;
- Em 17 de maio de 2023, do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, General José Nunes da Fonseca;
- Em 24 de maio de 2023, do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, General João Cartaxo Alves;
- Em 30 de maio de 2023, do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Eduardo Mendes Ferrão;
- Em 31 de maio de 2023, do Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante Henrique Gouveia e Melo.

Nesse âmbito, foi igualmente organizado o [Colóquio «A lei de Programação Militar e a Economia de Defesa»](#), que teve lugar no dia 6 de junho de 2023.



Comissão de Defesa Nacional

Em 19 de junho de 2023, os Grupos Parlamentares do CH ([PA-1](#)), do PSD ([PA-2](#)), da IL ([PA-3](#)) e do PS ([PA-4](#)) apresentaram propostas de alteração ao articulado da proposta de lei e ao anexo a que se refere o n.º 1 do artigo 1.º - Programação do investimento público das Forças Armadas em matéria de armamento e equipamento.

Na presente reunião, encontrando-se presentes todos os Grupos Parlamentares, com exceção do PCP e do BE, a Comissão procedeu à discussão e votação indiciária na especialidade da proposta de lei e das propostas de alteração apresentadas.

No debate que acompanhou a votação, intervieram, além do Senhor Presidente, as Senhoras e os Senhores Deputados Jorge Paulo Oliveira (PSD), Francisco César (PS), Rodrigo Saraiva (IL) e Pedro Pessanha (CH).

Da votação indiciária realizada resultou o seguinte:

I – Propostas de alteração

- Artigo 1.º (*Objeto*) da PPL

N.º 5 - na redação da proposta de alteração oral apresentada pelo Presidente da Comissão, Deputado Marcos Perestrello (PS), com o seguinte teor: «*A presente lei visa ainda, respeitando as regras aplicáveis à contratação nos domínios da defesa e da segurança, potenciar o investimento na economia nacional, através das indústrias da defesa, do apoio à inovação e ao desenvolvimento, e da criação de emprego qualificado, constituindo-se como uma alavanca para o desenvolvimento da Base Tecnológica e Industrial de Defesa.*» – aprovada por unanimidade.

N.º 6 (NOVO) – na redação da proposta de aditamento apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS – aprovada por unanimidade.

- Artigo 2.º (Competências para a execução) da PPL

N.º 1 – na redação da proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS – retirada.



Comissão de Defesa Nacional

- Artigo 3.º (*Acompanhamento pela Assembleia da República*) da PPL

N.º 1

- na redação da proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD – aprovada por unanimidade
- na redação da proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar da IL (apenas na parte em que se refere o mês de março) – rejeitada, com votos contra do PS, votos a favor da IL e abstenções do PSD e do CH.

N.º 3 (NOVO)

- na redação da proposta de aditamento apresentada pelo Grupo Parlamentar da IL - rejeitada, com votos contra do PS, do PSD e do CH e votos a favor da IL.
- na redação da proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS – aprovada por unanimidade.

N.º 4 (NOVO) – na redação da proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS – aprovada por unanimidade.

- Artigo 8.º (*Financiamento*) da PPL

N.º 2 – na redação da proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar da IL - rejeitada, com votos contra do PS e do PSD, votos a favor da IL e a abstenção do CH.

N.º 3 (NOVO) - na redação da proposta de aditamento apresentada pelo Grupo Parlamentar do CH – rejeitada, com votos contra do PS e votos a favor do PSD, do CH e da IL.

N.º 4 - na redação da proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD – rejeitada, com votos contra do PS e votos a favor do PSD, do CH e da IL.

- Artigo 17.º (*Competências no procedimento de revisão*) da PPL.

N.ºs 1 e 2 - na redação das propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PSD – rejeitadas, com votos contra do PS, do CH e da IL e votos a favor do PSD.



Comissão de Defesa Nacional

- (NOVO) Artigo 18.º-A (Substituição de aeronaves) - na redação da proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD – rejeitada, com votos contra do PS, votos a favor do PSD e do CH e a abstenção da IL.
- Artigo 21.º (Entrada em vigor) da PPL - na redação da proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS – aprovada, com votos a favor do PS, do PSD e da IL e a abstenção do CH.
- ANEXO (a que se refere o n.º 1 do artigo 1.º da LPM)

EMGFA

Segurança e Contrainformação Militar – 5100 (total do 1.º quadriénio)

Informações Militares – 511 (total do 1.º quadriénio)

- na redação da proposta alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD – rejeitada, com votos contra do PS, votos a favor do PSD e abstenções do CH e da IL.

Marinha – 2023-2024

Cabos Submarinos – Sensorização Militar – 20 milhões de euros

- na redação da proposta de aditamento apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD – rejeitada, com votos contra do PS, votos a favor do PSD e do CH e a abstenção da IL.

Observação: A insuficiência de financiamento derivado das receitas próprias não deverá impedir a execução dos programas, devendo o mesmo ser garantido por verbas provenientes do Orçamento do Estado.

- Rejeitada, com votos contra do PS, votos a favor do PSD, do CH e da IL

II – Articulado da Proposta de Lei

- Requerida a votação em separado dos seguintes artigos:
 - N.º 1 do artigo 2.º (*Competências para a execução*) – aprovado por unanimidade.



Comissão de Defesa Nacional

- Artigo 8.º (*Financiamento*)

N.º 2 – aprovado, com votos a favor do PS e do PSD, votos contra da IL e a abstenção do CH.

N.º 4 – aprovado, com votos a favor do PS e abstenções do PSD, do CH e da IL.

- Artigo 12.º (*Sujeição a cativos*) – aprovado, com votos a favor do PS e do PSD e abstenções do CH e da IL.

- Artigo 17.º (*Competências no procedimento de revisão*)

N.ºs 1 e 2 – aprovados, com votos a favor do PS, votos contra do PSD e da IL e a abstenção do CH.

- Restante articulado da Proposta de lei (com a incorporação das propostas de alteração aprovadas) – aprovado, com votos a favor do PS, do PSD e da IL e a abstenção do CH.
- ANEXO (a que se refere o n.º 1 do artigo 1.º da LPM) – aprovado, com votos a favor do PS e abstenções do PSD, do CH e da IL.

O registo dos sentidos de voto de cada grupo parlamentar, em cada artigo e proposta de alteração, consta do [Guião de votação](#) preenchido, disponível na página eletrónica da iniciativa.

O texto final da Comissão deverá ser submetido a votações sucessivas na especialidade (*com a assunção pelo Plenário das votações indiciárias realizadas na especialidade em sede de Comissão*) e final global pelo Plenário da Assembleia da República - o texto final é obrigatoriamente votado na especialidade pelo Plenário da Assembleia da República e aprovado em votação final por maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções, revestindo o ato legislativo aprovado a forma de lei orgânica, com conformidade com as disposições conjugadas da alínea *d*) do artigo 164.º, dos n.ºs 4 e 5 do artigo 168.º e do n.º 2 do artigo 166.º, todos da Constituição.



Comissão de Defesa Nacional

4 - Outros assuntos

No ponto reservado a outros assuntos, o Senhor Presidente recordou que, no dia 3 de julho, segunda-feira, a Comissão receberia, em audiência, uma delegação de Senadores do Congresso dos EUA, estando todos os Senhores Deputados convidados para participar, querendo. Mais informou que, tendo sido agendado uma reunião plenária para a tarde de dia 4 de julho, terça-feira, a reunião seguinte da Comissão realizar-se-ia no dia 5 de julho, quarta-feira, pelas 12 horas.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11 horas e 22 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 28 de junho de 2023.

O Presidente da Comissão,

(Marcos Perestrello)



Comissão de Defesa Nacional

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão (PS)
Dora Brandão (PS)
Francisco César (PS)
Hugo Oliveira (PS)
Manuel Dos Santos Afonso (PS)
Marcos Perestrello (PS)
Maria Da Luz Rosinha (PS)
Ricardo Lino (PS)
Carlos Eduardo Reis (PSD)
Joaquim Pinto Moreira (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Olga Silvestre (PSD)
Rui Vilar (PSD)
Pedro Pessanha (CH)
Rodrigo Saraiva (IL)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ivan Gonçalves (PS)
Joana Sá Pereira (PS)
Miguel Dos Santos Rodrigues (PS)
Sérgio Ávila (PS)
António Prôa (PSD)
Cristiana Ferreira (PSD)
João Dias (PCP)
Joana Mortágua (BE)
Rui Lage (PS)